

Transmissão de energia de Rondônia a Mato Grosso

21/05/2016 | Identificações: [linha_ise aie/deene aie](#) | 156 Visitas



Ao conectar o Sistema Interligado Nacional (SIN), em outubro de 2009, a Jauru Transmissora de Energia SA ampliou a capacidade de suprimento de energia para o Acre e Rondônia e possibilitou a redução das emissões de CO² com o desligamento de usinas térmicas. A concessionária é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada pelas empresas espanholas de construção Celeo/Elecnor, Cobra e Isolux. Ela também é responsável por outro marco: em Ji-Paraná (RO), com recursos da Linha de Investimento Social de Empresa (ISE), a empresa apoiou a melhoria de vida dos catadores de materiais recicláveis da região. O BNDES apoiou o projeto da linha de transmissão com R\$ 259,8 milhões na modalidade Project Finance.



André, Fábio e Antônio Carlos do Departamento de Energia Elétrica da Área de Infraestrutura (AIE/DEENE/GEENE3) participaram da concessão de apoio a linha de transmissão de Jauru nas suas duas etapas

Só a economia em combustível seria capaz de pagar quase todo o projeto em cinco meses. Com a interligação foi possível reduzir a geração de energia em usinas termelétricas que consumiam R\$ 100 milhões por mês em combustível, segundo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A linha teve investimentos de R\$ 506,1 milhões, sendo R\$ 256,8 milhões do BNDES.

A conexão foi possível com a conclusão dos 354 km da linha entre Jauru (MT) e Vilhena (RO), chamada pelos técnicos que participaram da operação de “tramo Sul”. Originalmente, o objetivo era estender os 949 km de cabos de transmissão entre Jauru (MT) e Samuel (RO) todos de uma vez. No entanto, foi necessário dividir a operação em duas.



Mapa preparado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostra as datas de entrada em operação dos dois tramos da linha

- Essa divisão decorreu do atraso na concessão de licença ambiental pelo estado de Rondônia, explicou o gerente Fábio Scherma (AIE/DEENE/GEENE3). Ele esclareceu que “em regra geral, a licença ambiental é concedida apenas pelo Ibama quando atravessa mais de um estado. Contudo, há projetos segmentados em diferentes trechos em que a competência para emitir licença pode ser dividida, sendo que em alguns trechos podem ser de responsabilidade do órgão ambiental estadual e em outros permanecer com o órgão ambiental federal, ou seja, o IBAMA.”

- Temos outros projetos na carteira assim. Um, por exemplo, interliga o Rio Grande do Norte e o Ceará, em que o trecho entre os dois estados possui licença do IBAMA e os trechos no RN possuem licença estadual”, observou o engenheiro André Luiz Zanette.

Com o atraso, foi necessário dividir o apoio em duas operações, o tramo Sul, entre Jauru (MT) e Vilhena (RO), com 343 km em circuito duplo, e o tramo Norte, entre Vilhena e Samuel (RO), com 595 km em circuito simples. Isso foi possível porque o contrato de concessão estabelecia uma remuneração separada para cada trecho do circuito. A remuneração pelo serviço de transmissão de energia elétrica é feita através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), que é o repasse financeiro realizado durante o ano pelo ONS à

concessionária. Esse valor é definido na época do leilão da concessão e reajustado a cada cinco anos.

No caso, havia previsão de uma RAP específica para cada tramo, detalhe fundamental para permitir a divisão em dois projetos já que o cálculo financeiro para se saber o quanto cada tramo do projeto suportaria de dívida foi baseado na respectiva receita anual, descontados os custos/despesas operacionais e tributos. Assim foi definido o tamanho dos empréstimos. O primeiro foi para o tramo Sul, no valor de R\$ 107 milhões. Quando saiu a licença ambiental, foi montada a operação de R\$ 152,8 milhões para apoiar a construção dos 595 km do tramo norte.

- Quando fizemos isso, apresentamos às empresas a Linha ISE para investimentos socioambientais no entorno do projeto. As empresas do consórcio se interessaram pela linha e apresentaram a proposta de investir na Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná (**Coocamarji**) revelou Fábio. O apoio do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública contou a favor do projeto. Parte do apoio se traduziu no encaminhamento das multas ambientais para a estruturação da Coocamarji. Dessa forma, receberam mais R\$ 111 mil, além dos R\$ 1,3 milhão da Linha ISE e R\$ 300 mil de recursos próprios das empresas.

Projeto quase triplica renda de catadores

Valorização da atividade, construção de uma central de processamento e montagem de um plano de negócios permitiram aumentar a renda familiar dos 32 catadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná (Coocamarji) de R\$ 750 para R\$ 2,2 mil por mês.



Vista da parte de saída de produtos do Centro de Reciclagem construído com recursos da Linha ISE

- Há vários interessados em replicar esse projeto em outras cidades de Rondônia”, observou o engenheiro André Zanette (AIE/DEENE).

Para o advogado Antônio Carlos Borges (AIE/DEENE), “o apoio também traz a satisfação de se perceber algo que veio para ficar”. A razão disso talvez seja a capacidade de planejamento observada pelo gerente Fábio Scherma. “Às vezes a empresa e a consultoria atuam às pressas porque têm que realizar alguma coisa. Em outras, ficam muito tempo pensando. A equipe da Jauru, além de ter sido objetiva, planejou direito”.

No centro desse trabalho está a consultora espanhola **Socialzink**, que, segundo o Diretor Executivo da Jauru, Francisco Chica, foi escolhida por ter sido “a única que se comprometeu a iniciar a implantação antes do apoio financeiro do BNDES, além de incluir no seu escopo a integração dos *stakeholders* durante a implementação, além do acompanhamento dos indicadores por até cinco anos após a finalização do projeto”.

Foi ela que coordenou o trabalho em Ji-Paraná. “Sem dúvida, este projeto foi o mais importante que a Socialzink desenvolveu até a data no país”, afirmou o diretor técnico da instituição, Jesús Sáenz.

Para o diretor da Socialzink, “o ponto forte deste projeto é que nós conseguimos transformar uma economia informal e de subsistência, em condições muito difíceis, em um negócio respeitado, rentável e reconhecido pela sociedade”.

Perguntado sobre quais foram as principais dificuldades superadas, Sáenz contou que sabiam que o sucesso do projeto, de fazer crescer a cooperativa, dependia da remoção dos obstáculos invisíveis e de soluções para a falta de infraestrutura.

Quebrando barreiras

A primeira parte desse trabalho foi trabalhar os preconceitos culturais e sociais externos à atividade de reciclagem, bem como a falta de autoestima dos catadores. Jesús contou que, se antes o catador era estigmatizado, agora há uma lista de espera para trabalhar na cooperativa.

Outra medida do sucesso nessa frente ocorreu quando a cooperativa foi aplaudida ao desfilar no encerramento da Exposição Agropecuária da cidade, a Expojipa.

Mais um sucesso? A história do menino que passou a ter orgulho dos pais catadores. Antes de uma das palestras de sensibilização sobre o trabalho de reciclagem, ele sofria bullying na escola.

Para envolver a sociedade, “foi planejado um grande programa de sensibilização e participação, que incluiu palestras em escolas, visitas a empresas, programas de coleta seletiva nos bairros da cidade e instalação de ecopontos”, disse o diretor.

Bases materiais

Parte dos R\$ 1,3 milhão da Linha ISE foi investida na construção do Centro de Reciclagem, próximo ao novo aterro sanitário da cidade. Para isso, foi importante a participação da Prefeitura, que não só cedeu o terreno, mas também apoiou a implantação de um programa piloto de coleta seletiva de lixo. O apoio da Eletrobras com a construção de uma linha dedicada ao centro também foi importante para o sucesso da obra.

Com os prédios, os catadores da cooperativa passam a contar com a estrutura necessária para seu trabalho e uma sede social (ver esquema abaixo). Antes, todo o trabalho era feito a céu aberto.



Esquema das instalações do Centro de Reciclagem e da sede social

Outro desdobramento da construção do centro foi a necessidade de se ampliar o quadro, com a recente incorporação de mais 15 cooperados. Com isso, o quadro social se elevou a 47 membros. A recomendação da equipe que elaborou o projeto foi de se manter o teto de 60 membros.

Um dos usos dos recursos, talvez o mais importante, foi a compra de dois caminhões. “Quando começou esse projeto, eles diziam que se pudessem ter uma única coisa seria um caminhão para escapar dos atravessadores. Como estão distantes dos grandes centros, os intermediários vão lá e pagam o preço que querem”, explicou Zanette.



Jesús Sáenz, Luiz Carlos, Francisco Chica e Antônio Carlos Borges ao lado de um dos dois caminhões comprados com recursos da Linha ISE

O frete de produtos de São Paulo ou Brasília, destinos do material reciclado, para Ji-Paraná foi outro ganho para a cooperativa segundo Fábio. “E, às vezes, o que se ganha com o frete cobre todo o custo da viagem e a venda do material reciclado é lucro puro”.

Organização e gestão

Como parte do processo, os cooperativados participaram também do desenvolvimento do plano de negócios. Parte desse trabalho foi o Plano de Viabilidade Econômica e Técnica, que contou com o apoio do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade de Rondônia (Unir).

O resultado foi o aumento do volume e do tipo do lixo reciclado. O material recolhido passou de 52 para 110 toneladas por mês. Outro desdobramento foi que o “aumento de renda das famílias foi expressivo e decorreu do maior número de tipos de materiais coletados para reciclagem. Antes eram oito, agora são 18 itens”, contou Antônio Carlos.

<https://youtu.be/dP9Hk2RNokQ>

Nesse vídeo, catadores, funcionários públicos e professores fazem uma revisão do trabalho feito até o momento em Ji-Paraná (11:46)